

# **ANÁLISE ESTATÍSTICA DOS ARTIGOS PUBLICADOS EM REVISTAS CIENTÍFICAS SOBRE O TEMA POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR**

**ARIANE DEBASTIANI**

Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Email: [ariane.debastiani@grad.ufsc.br](mailto:ariane.debastiani@grad.ufsc.br)

**LEONARDO FLACH**

Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Email: [leonardo.flach@gmail.com](mailto:leonardo.flach@gmail.com)

**LUÍSA KARAM DE MATTOS**

Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Email: [luisakmattos@gmail.com](mailto:luisakmattos@gmail.com)

## **RESUMO**

Este trabalho tem por objetivo aplicar a estatística para analisar os artigos publicados em revistas científicas sobre o tema Políticas Públicas para a Educação Superior, e que foram publicados entre os anos de 2009 e 2018. O método de pesquisa deste trabalho segue estas etapas: a) escolha das palavras-chave para a busca de artigos publicados em revistas sobre o tema - as palavras-chave de busca de artigos foram Políticas Públicas AND Educação Superior; b) escolha do período temporal e número da amostra – foram coletados 55 artigos completos publicados em revistas científicas nacionais, e que tenham sido publicados no período entre os anos de 2009 e 2018; c) escolha das bases de dados utilizadas para a coleta dos artigos - a busca de artigos foi realizada nas bases SciELO e Spell. Os resultados deste trabalho de pesquisa são dados e resultados inéditos sobre o tema Políticas Públicas para a Educação Superior, e permitem resumir estatisticamente o estado da arte da produção científica realizada nos últimos anos sobre o tema em questão.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas; Educação Superior; Universidade; Avaliação.

## **1. Introdução**

### **1.1 Contextualização**

O acesso à educação superior no Brasil sempre esteve muito ligado às classes sociais mais elevadas. Contudo, nas últimas décadas, muitos estudantes brasileiros de camadas econômicas menos favorecidas tiveram a oportunidade de ingressar em um curso de graduação, por meio de políticas públicas, dedicadas a diminuir a desigualdade, que até então imperava no ensino superior do país (BROCCO, 2017).

É importante mencionar que diversos atores estão envolvidos no cenário da educação superior. Portanto, deve-se pensar em políticas públicas que atuem em cada um deles, a fim de garantir um ensino de qualidade e que abarque o maior número de indivíduos. Em relação aos programas inseridos no contexto educacional, pode-se destacar a Universidade Aberta do Brasil (UAB), criada em 2006, com foco na expansão da oferta de cursos superiores às comunidades mais distantes do país (JUNIOR; NOGUEIRA, 2014).

O Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado em 2004, também objetivava a ampliação de acesso ao ensino superior. Conforme Souza e Menezes (2014, p. 617), o referido programa tem a “função de promover a expansão do acesso da população de baixa renda a esse nível de ensino. [...] Sua lógica de funcionamento consiste em oferecimento de bolsas de estudo gratuitas pelas IESP [...]”.

Outro programa que se destaca é o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), proposto em 2007. Esta política pública fomentou as instituições federais em sentido mais amplo, permitindo um maior número de vagas e o aumento da oferta de ensino, pesquisa e extensão de qualidade para todos. O programa ajudou a diminuir as desigualdades sociais e a promover a inclusão da população menos favorecida (LAMERS; SANTOS; TOASSI, 2017).

Ademais, são resultados de políticas públicas para o ensino superior o aumento de oferta de cursos superiores noturnos, as cotas específicas para determinado grupo, em razão de sua raça ou condição socioeconômica, cotas para alunos que cursaram o ensino fundamental e médio em escola pública, programas para inclusão de pessoas com deficiências, com disponibilização de vagas exclusivas, entre outros.

É também necessário lembrar o papel fundamental dos professores para a efetividade dessas políticas públicas. Nesse sentido, Junior, Linhares e Karwoski (2018) destacam a

importância da formação continuada desses profissionais, bem como a necessidade de implementação de políticas de incentivo à capacitação e desenvolvimento do corpo docente, como garantia de ensino de qualidade.

É oportuno salientar que essas ações afirmativas devem ser constantemente avaliadas pelos diversos envolvidos, a fim de verificar se estão sendo cumpridos os objetivos para os quais as políticas públicas foram criadas. A educação está intimamente ligada ao desenvolvimento e evolução de uma sociedade, e o Estado tem grande responsabilidade nesse setor. As políticas públicas devem ser utilizadas para diminuir as desigualdades sociais, devem permitir o acesso e a permanência dos alunos em cursos de educação superior, devem facilitar a inserção no mercado de trabalho e propiciar a melhoria na qualidade de vida.

## **1.2 Objetivo geral**

Este trabalho tem por objetivo aplicar a estatística para analisar os artigos publicados em revistas científicas sobre o tema Políticas Públicas para a Educação Superior, para o período entre os anos de 2009 e 2018.

## **1.3 Justificativa prática**

Busca-se avaliar a relevância desse assunto no tocante à quantidade de artigos publicados e a efetividade da aplicação de políticas públicas no ensino superior. O desenvolvimento de um país está intimamente ligado ao grau de escolaridade da sua população. Assim, o investimento em educação é dever do Estado e deve ser considerado uma prioridade em benefício de toda a sociedade.

O poder público criou políticas educacionais para promover a democratização de acesso ao ensino superior, dentre as quais é possível citar a Universidade Aberta do Brasil – UAB, o Programa Universidade para Todos – PROUNI, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI e a Lei de Cotas (BROCCO, 2017).

As políticas públicas ajudaram diversos estudantes para ingressar em cursos de graduação. Assim, percebe-se que estes programas do governo ajudaram a fornecer acesso a indivíduos de baixa renda no ensino superior, para diminuir as desigualdades e proporcionar-lhes condições de concluir um curso de graduação, e melhorar suas perspectivas de vida.

## **1.4 Justificativa teórica**

A partir deste trabalho será possível verificar quais revistas científicas mais abordam o tema Políticas Públicas para a Educação Superior e, especificamente, qual é o assunto mais discutido acerca desse tema nos últimos dez anos. Ademais, evidenciará o surgimento das políticas públicas no Brasil, exemplos de programas governamentais, sua relevância para o desenvolvimento do país e a necessidade de avaliação dessas ações em termos de efetividade.

## **2. Revisão da literatura científica sobre o tema Políticas Públicas para a Educação Superior.**

### **2.1 Discussão sobre os conceitos relacionados com o tema Políticas Públicas para a Educação Superior**

Da análise dos 55 artigos coletados nas bases de dados SciELO e Spell, verificam-se vários assuntos pesquisados, nos últimos 10 anos, acerca do tema Políticas Públicas para a Educação Superior. Nesta seção são apresentados alguns conceitos utilizados nos referidos artigos e as principais temáticas mencionadas pelos autores.

A criação de uma política pública demanda muito planejamento. Assim, a implementação de ações voltadas para a assistência estudantil necessita de estratégias organizacionais ancoradas na efetividade, de forma orientada, organizada e com enfrentamento dos desafios encontrados (LIMA; DAVEL, 2018).

Dutra e Santos (2017) mencionam que o ensino superior no Brasil está passando por um processo de democratização, com destaque para a expansão das universidades e para o acréscimo no acesso e na permanência dos estudantes em cursos de graduação. Dentre as políticas públicas que auxiliam esse processo, destaca-se a assistência estudantil, regulamentada pelo Governo Federal por meio do Decreto n. 7.234/2010, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

Hernandes (2017), por sua vez, discorre sobre a criação da Universidade Aberta do Brasil – UAB como importante política pública para a expansão dos cursos de graduação. Para o autor, o ensino superior público ofertado pelo programa UAB caracteriza-se no domínio da educação formal (escola, aluno e professor). Portanto, esta forma de ensino se sujeita à pedagogia (a teoria da educação), cria as situações próprias para o seu exercício,

produz os seus métodos, estabelece as suas regras e tempos e constitui os executores especializados.

O sistema UAB foi criado com a finalidade de aumentar a oferta de cursos de graduação em diversas regiões, e em especial no interior do país, por meio da Educação à Distância. Assim, ao considerar a influência da educação no progresso de um país, é possível avaliar o impacto do acesso ao ensino superior nos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, relacionando à educação superior com o desenvolvimento econômico local e com as melhorias na qualidade de vida dos egressos (SOUZA *et al.*, 2014).

Ao tratar do programa UAB, Alonso (2014) menciona que após 10 anos da regulamentação desse sistema, os resultados alcançados ainda não foram avaliados. Há a necessidade de estudos que analisem os efeitos dessa política pública, com a finalidade de ampliar a oferta de vagas no ensino superior, bem como atuar na formação continuada dos docentes, com foco nos níveis de qualidade do ensino fundamental.

É oportuno salientar que Alonso (2010) já apontava a Educação a Distância (EaD) como uma forma de aumentar significativamente o número de vagas no ensino superior, e enfatizava a importância de discutir a temática “formação e expansão do ensino superior” relacionada à EaD, considerando os documentos que regulamentam essa modalidade de ensino, especialmente no quesito qualidade da educação, tido como foco das políticas públicas, especialmente para a educação básica.

Ademais, imperioso salientar as etapas de criação do programa UAB, sua implantação em 2006, bem como o início de sua avaliação nos Pólos de Apoio Presencial, em 2011, pelo Ministério da Educação (JUNIOR; NOGUEIRA, 2014).

Tem-se ainda, no contexto da EaD, o relevante papel do docente para a efetividade das políticas públicas em educação superior, em especial no programa UAB, e do conceito da formação continuada dos professores universitários que atuam nesse modelo de ensino, evidenciando a experiência da docência online, que utiliza novas ferramentas e tecnologias digitais (PRETTO; RICCIO, 2010).

Tornou-se necessário entender as particularidades da inserção das Instituições Federais de Ensino Superior nessa nova modalidade de ensino, a EaD, no tocante ao desenvolvimento e ao aprimoramento de novas tecnologias de informação e comunicação (NASCIMENTO; VIEIRA, 2016).

Outra ação governamental relacionada à educação superior é o Programa Universidade para Todos – PROUNI, criado em 2004, por meio de uma Medida Provisória efetivamente implementada pela Lei n. 11.096/2005 (HAAS; PARDO, 2017).

Souza e Menezes (2014) também abordam a temática do PROUNI como política pública adotada para inclusão dos jovens no ensino superior. Segundo os autores, a partir da década de 90, houve um crescimento no acesso à educação básica e, conseqüentemente, a intenção desses alunos de ingressarem nas universidades. Isto levou o Governo Federal a investir em uma política pública de expansão de vagas para os cursos superiores.

Anhaia (2012) explica que o PROUNI é uma política pública que tinha como foco a redução de privilégios de acesso ao ensino superior, a redistribuição de recursos, e o rompimento de resistências no interior das instituições. Mas um ponto bastante limitante e que merece uma atenção especial é a permanência e a conclusão do curso pelos estudantes vindos de famílias com baixa condição social, que acessaram o ensino superior por meio do PROUNI (MONGIM, 2016).

As produções acadêmicas e científicas sobre o PROUNI que foram encontradas neste trabalho, com a busca sistematizada na base de dados SciELO e no Portal da CAPES, corroboram para a relevância dessa ação afirmativa para inclusão social. Contudo, encontram-se algumas questões polêmicas como a renúncia fiscal e a falta de atenção aos beneficiários (CASALI; MATTOS, 2015).

Por fim, Amaral e Oliveira (2011) analisaram a eficácia da política pública ‘Programa Universidade para Todos’, através de uma pesquisa realizada com egressos de duas instituições de ensino superior privadas do Rio de Janeiro, acerca de suas trajetórias profissional e de vida, 2 anos após a conclusão dos cursos.

Tinoco (2013) define Novo Gerencialismo Político – NGP como um conjunto de reformas inspiradas nos métodos e formas de gestão do setor privado com o intuito de modernizar e inovar as organizações e políticas públicas. O autor, em seu artigo, apresenta a aplicação destes métodos na política de educação superior, no contexto internacional europeu e brasileiro.

Carvalho (2015) afirma que a participação de indivíduos, de grupos, de classes e do Estado no processo político, bem como o modo pelo qual eles interpretam as ideias e perseguem seus interesses e os resultados de seus esforços possui grande influência institucional. Desta forma, em sua pesquisa, Carvalho (2015) busca compreender a relação

complexa da política pública para a educação superior por meio da vertente histórica do neoinstitucionalismo.

Pletsch e Leite (2017), por sua vez, referem-se ao ensino superior como direito fundamental e como grande responsável pelo desenvolvimento das sociedades. Assim, ao tratar da universidade como disseminadora de conhecimento e também como um local de respeito às diversidades, os autores discorrem sobre a produção científica disponível na base de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO-BRASIL) acerca da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

A efetividade das ações afirmativas demanda uma avaliação constante, a fim de aplicar possíveis aperfeiçoamentos. Assim, foi criada a Auto Avaliação Institucional – AAI, obrigatória para todas as Instituições Federais de Ensino, estabelecida pela Lei n. 10.861/2004, que criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. E no ano de 2008 foram criados os seguintes índices para avaliação de políticas públicas para a educação: Conceito Preliminar de Curso – CPC e Índice Geral dos Cursos – IGC (RIBEIRO, 2012).

Os resultados da primeira avaliação institucional externa do SINAES, no período 2008/2009, em que são analisados, entre outros dados, os resultados gerais obtidos pelas universidades federais e privadas que foram avaliadas com conceitos mais elevados (PEIXOTO, 2011).

Por seu turno, Zandavalli (2009) apresenta os antecedentes da avaliação da educação superior no Brasil, no período de 1960 a 1990, que fornecem subsídios ao atual Sistema de Avaliação da Educação Superior.

Aguiar (2016) apresenta as principais políticas para a educação superior no setor privado, implementadas durante os anos de 2003 a 2010. Da mesma forma, Carvalho (2014) também aborda a expansão e o financiamento da educação superior durante os anos de 2003 a 2010. O autor aponta que as políticas públicas com maior volume de investimento nesse período foram: o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES e a concessão de bolsas de estudos aos estudantes por meio do Prouni.

Já Gomes e Moraes (2012) discorrem acerca da ampliação do ensino superior brasileiro nos últimos anos. Calderón, Poltronieri e Borges (2011) exibem os *rankings* das políticas públicas em educação superior de 1995 a 2002, marcados pela implantação das reformas neoliberais.

A perspectiva de estudantes e professores sobre a eficiência das políticas públicas também é levada em consideração nas pesquisas analisadas. Por exemplo, foi realizada a análise da retenção e evasão de um curso noturno de Odontologia, em uma IES federal no sul do país, e de um curso criado a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Os resultados do estudo apontam que o sucesso e a permanência dos alunos no curso dependem de ações que contemplem a perspectiva de todos os envolvidos nesse processo (LAMERS; SANTOS; TOASSI, 2017).

Igualmente, Maranhão e Veras (2017) falam sobre ampliação de cursos noturnos, na Universidade Federal da Bahia, a partir de 2007, por meio do REUNI. Andriola e Suliano (2015), em sua pesquisa, avaliam os resultados da presença da Universidade Federal do Ceará – UFC em municípios do interior do estado, após a adesão da referida instituição ao REUNI. Como política pública para a educação superior, o REUNI também é visto pelos indivíduos de regiões longínquas, como uma nova possibilidade de concluir um curso superior e para alcançar melhor expectativa de vida.

De fato, percebe-se que as políticas públicas popularizaram o ensino superior, na medida em que proporcionaram o acesso e a permanência dos estudantes em cursos de graduação, principalmente aqueles de classe social mais baixa. Contudo, se faz necessário compreender o significado, para esses alunos, da realização de um curso superior e a expectativa na mudança de vida (BROCCO, 2017).

Portanto, o desenvolvimento econômico e social de um país está diretamente relacionado com a educação superior de qualidade, ao proporcionar capacitação de pessoal com qualidade e com produção científica relevante (ASSUMPCÃO; CASTRO; CHRISPINO, 2018).

## **2.2 Discussão dos objetivos gerais dos artigos analisados sobre o tema Políticas Públicas para a Educação Superior**

O tema Políticas Públicas para a Educação Superior é bastante abrangente e apresenta diversos debates, que permitem avaliar a efetividade das ações do governo, no tocante ao acesso e à permanência dos estudantes nos cursos de graduação, bem como os efeitos da obtenção de um diploma universitário para uma boa colocação dos egressos no mercado de trabalho.

Utilizando-se as bases de dados SciELO e Spell, foram selecionados 55 artigos nacionais, publicados nos últimos 10 anos, que tratam do tema Políticas Públicas para a Educação Superior, cujos objetivos gerais serão apresentados a seguir.

Uma política pública bastante citada nos últimos anos é o programa Universidade Aberta do Brasil. Sobre esse tópico, Assumpção, Castro e Chrispino (2018) traçaram um panorama geral sobre os programas do Estado em educação superior à distância, abordando as legislações mais relevantes que tratam de sua regulamentação, as principais características e os aspectos gerais da modalidade, apresentando a experiência do Consórcio Cederj/Fundação Cecierj.

Já Hernandez (2017) analisou a regulamentação da educação à distância e a atuação da Universidade Aberta do Brasil – UAB como política pública de expansão, democratização e interiorização do ensino de graduação. Nascimento e Vieira (2016), por sua vez, identificaram as especificidades da Educação à Distância – EaD que se constituem em desafios para a institucionalização dessa modalidade de ensino.

Em relação a esse tema, o estudo de Arruda e Arruda (2015) analisou a ampliação da Educação à Distância – EaD nos diferentes contextos das políticas públicas educacionais brasileiras. Junior e Nogueira (2014), sobre esta mesma temática, buscaram identificar as características e as dificuldades para o desenvolvimento do programa Universidade Aberta do Brasil, e as possibilidades de avaliação dessa política pública. Ainda sobre esse assunto, Alonso (2014) aponta a forma de oferta dos cursos à distância, em um contraponto com a necessidade de avaliar essa política pública. Essa mesma autora, quatro anos antes (ALONSO, 2010), realizou uma pesquisa de análise da expansão dessa modalidade de ensino superior por educação a distância pelo Brasil.

Preto e Riccio (2010) discutem a formação continuada de professores universitários e as tecnologias digitais, bem como a importância da atualização do professor universitário, em razão das novas tecnologias digitais advindas do uso da educação à distância. Desta forma, os autores abordam a necessidade de políticas públicas que proporcionem a democratização do acesso a essas tecnologias, dando ênfase à experiência da docência online como imprescindível à imersão no universo da internet.

Outro tema abordado nas pesquisas analisadas foi a política pública do Programa Universidade para Todos – PROUNI, criado pelo Governo Federal em 2004, para aumentar o acesso à educação superior no país. Assim, no trabalho de Haas e Pardo (2017), foram analisados os efeitos financeiros do Programa Universidade para Todos (PROUNI) em uma

instituição privada. Os autores verificaram se a isenção fiscal alcançada por uma Instituição de Educação Superior Privada com fins lucrativos, após adesão ao PROUNI, superou os investimentos em bolsas de estudos ofertadas pelo programa e se, com isso, assegurou a continuidade ou, até mesmo, a expansão desta instituição no mercado educacional (HAAS; PARDO, 2017).

Ao apresentar situações de estudantes oriundos de famílias de baixa renda que ingressaram na universidade por meio do PROUNI, o artigo de Mongim (2016), analisa os itinerários de escolarização e mediações subjacentes a partir da experiência de discentes beneficiários do Prouni. O autor discute o processo de aquisição do título universitário e as dificuldades enfrentadas pelos alunos para permanecer e concluir o curso (MONGIM, 2016).

No trabalho de Casali e Mattos (2015) foram analisados os estudos e pesquisas sobre o sentido social do programa Universidade para Todos (PROUNI). Os autores analisaram o PROUNI como política pública de acesso ao ensino superior e inclusão social. Dentro deste eixo temático, Anhaia (2012) analisou o contexto de surgimento, implantação, funcionamento e implicações do PROUNI como política pública e social de acesso à educação superior no Brasil. Já Souza e Menezes (2014) procuram analisar o PROUNI e identificar quais pessoas foram beneficiadas por esse programa, os critérios de ingresso, os tipos de bolsas, as exigências qualitativas do ensino e os mecanismos de controle institucionais criados para acompanhar a implementação dessa política pública.

### **2.3 Análise dos métodos utilizados pelos artigos analisados sobre o tema Políticas Públicas para Educação Superior**

A fim de conhecer a condição social dos estudantes bolsistas e analisar o significado do curso superior para eles, Brocco (2017) realizou uma pesquisa com universitários que recebem bolsa de estudo (parcial ou integral), em uma instituição de ensino superior comunitária, localizada em Santa Catarina. Para tal, caracterizou os 2.094 universitários contemplados no programa de bolsas de estudo federal, no primeiro semestre de 2014, com base em: sexo, idade, estado civil e profissão dos bolsistas, e renda, escolaridade e profissão dos pais. Além disso, utilizou informações quantitativas e qualitativas, oriundas da literatura consultada, do banco de dados da universidade investigada e de entrevistas realizadas com estudantes bolsistas.

Por meio da análise de documentos elaborados pelo Ministério da Educação, dados de Resumos Técnicos de Censos do Ensino Superior e publicações dedicadas ao tema, Alonso (2014) busca evidenciar distorções e problemas no processo de instauração da educação à distância.

Da mesma forma, no artigo “A expansão do ensino superior no Brasil e EaD: dinâmicas e lugares”, publicado em 2010, Alonso avaliou documentos que tratam da educação à distância no país, especificamente o Decreto que a regulamenta e os Referenciais de Qualidade para a Educação Superior à Distância.

No tocante à importância da atualização do professor universitário, em razão das novas tecnologias digitais advindas do uso da educação à distância, com base em uma visão geral da expansão do ensino superior no país centrado na oferta de cursos à distância, Pretto e Riccio (2010) analisaram as necessárias transformações desse nível de ensino em função da cibercultura.

Por sua vez, Tinoco (2013) realizou uma pesquisa bibliográfica da literatura especializada, de planos e de documentos oficiais da UNESCO, do Ministério da Educação, da CAPES, entre outros. Utilizou-se dos contratos de gestão, parcerias público-privado, privatização, internacionalização, competitividade, rentabilidade e, sobretudo, avaliação quantitativa de resultados visando o estabelecimento de *rankings* entre instituições e países para prestar visibilidade aos “clientes” e acionistas.

Para caracterizar a experiência da instituição das cotas na Universidade Federal do Piauí, como forma de acesso ao ensino superior, Passos e Gomes (2014) baseiam-se no modelo de Múltiplos Fluxos, em fontes documentais e entrevistas com o Reitor, relator do processo, procuradores, Pró-Reitores e presidentes da COPEVE.

#### **2.4 Discussão sobre as conclusões dos artigos analisados sobre o tema Políticas Públicas para Educação Superior**

Com relação ao Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB, o estudo apresentado por Hernandez (2017) concluiu que o sistema UAB trouxe um grande avanço na educação à distância, em razão das ferramentas de tecnologia da informação, que permite uma maior interação entre aluno e professor. Contudo, menciona que o programa tem algumas limitações.

A experiência do Consórcio CEDERJ, um dos primeiros projetos de EaD no Brasil, é um exemplo de sucesso dessa modalidade de ensino. Embora apresente alguns entraves, “está contribuindo de forma positiva para a expansão da educação superior no estado do Rio de Janeiro e, conseqüentemente para uma ampliação da inclusão social no país”. (ASSUMPCÃO; CASTRO; CHRISPINO, 2018)

Por outro lado, apesar de as políticas públicas terem ampliado a oferta de cursos à distância, Arruda e Arruda (2015), apresentam uma crítica à atuação desses programas. Segundo os autores, a educação presencial é direcionada para a formação das elites e a educação à distância ajuda a proporcionar educação para as camadas populares. O problema não é a modalidade, mas as ações direcionadas para o barateamento e a massificação da educação superior no Brasil.

Ainda, como pontos deficitários dos cursos EaD, pode-se citar a necessidade de institucionalização dessa modalidade de ensino, de melhorar a infraestrutura dos polos de apoio presencial e de profissionalizar os tutores (ALONSO, 2010).

Corroboram Nascimento e Vieira (2016), ao concluir, em sua pesquisa, que o processo de institucionalização da educação à distância ainda se encontra num estágio embrionário, em que pese a importância dessa forma de ensino no momento atual, com a inserção das tecnologias de informação e comunicação.

Quanto ao Programa Universidade para Todos – PROUNI, pode-se considerar, apesar dos obstáculos, está contribuindo para a ampliação do acesso à educação superior no Brasil, principalmente para a população de baixa renda (HAAS; PARDO, 2017).

Além disso, Amaral e Oliveira (2011) destacaram que o PROUNI tem demonstrado eficácia pela baixa taxa de evasão e que os egressos experimentaram novas trajetórias profissionais e pessoais.

Casali e Mattos (2015) concluem que o PROUNI é uma política pública de ação afirmativa de importante sentido social e amplo alcance histórico e cultural, para uma sociedade atravessada por conflitos e contradições, sendo a renúncia fiscal e a falta de atenção aos beneficiários os conflitos mais polêmicos.

## **2.5 Análise das lacunas, sugestões para futuros estudos, apresentadas nas conclusões dos artigos analisados sobre o tema Políticas Públicas para Educação Superior**

Souza *et al.* (2014) sugerem a continuidade do estudo acerca da educação superior e o desenvolvimento regional, com uma pesquisa mais aprofundada por meio de estudos qualitativos, a fim de confrontar as conclusões de cada pesquisa. Os autores sugerem ainda verificar, por meio de estudos exploratórios, se os municípios participantes do sistema UAB têm alcançado níveis de desenvolvimento municipal maiores com a ampliação nos níveis de acesso à educação superior. E também sugerem verificar se a relação apresentada no estudo dos autores pode ser apropriada por políticas públicas dedicadas à ampliação do acesso à educação superior por meio da Educação a Distância.

Quanto ao Programa Universidade para Todos – PROUNI, Casali e Mattos (2015) explicam que há a possibilidade de aprofundar os estudos, por meio de questionamentos e bases documentais, com a finalidade de verificar se essa política pública cumpre com a sua função de expansão do ensino superior e de inclusão social (CASALI; MATTOS, 2015).

Já Alvarenga *et al* (2012) recomendam a continuidade da discussão sobre as maneiras de garantir a igualdade de acesso e permanência no ensino superior a todos os estudantes brasileiros.

### **3. Método de pesquisa**

No presente estudo foram analisados 55 artigos sobre o tema Políticas Públicas para a Educação Superior, publicados em revistas científicas disponíveis nas bases de dados nacionais SciELO e Spell, entre os anos de 2009 e 2018.

Para avaliar a relevância desse assunto no tocante à quantidade de artigos publicados e à efetividade da aplicação de políticas públicas no ensino superior, utilizou-se o método de pesquisa quantitativo, considerando a aplicação de estatística descritiva para analisar os dados coletados e apresentação dos resultados em tabelas e gráficos.

Inicialmente, verificou-se as variações do número de publicações ao longo do período analisado, conforme exposto no Gráfico 1. Assim, chegou-se ao total de 10 artigos em 2014, o ano em que mais ocorreram publicações acerca do tema.

Ademais, averiguou-se quais são os principais periódicos que publicaram artigos sobre o tema Políticas Públicas para a Educação Superior. O Gráfico 2 apresenta os

percentuais de cada revista científica em relação amostra total. A fim de auxiliar a elaboração do referido gráfico, valeu-se de siglas elencadas na Tabela 2.

Em relação à metodologia utilizada para a elaboração dos artigos que compõem a presente amostra, o Gráfico 3 expõe a percentagem dos métodos de pesquisa dentre qualitativo, quantitativo e quali-quantitativo. Já os subtipos dos métodos usados para análise dos dados, quais sejam, qualitativos e quantitativos, estão dispostos nas Tabelas 3 e 4, respectivamente, bem como as frequências absoluta e relativa.

Outro dado analisado foi a quantidade de palavras-chave utilizadas pelos autores dos 55 artigos, para expor as ideais centrais sobre o tema Políticas Públicas para a Educação Superior. Desta forma, na Tabela 5, estão listadas as palavras-chave empregadas nos trabalhos e também as frequências em que foram utilizadas como elementos sintetizadores da matéria abordada.

A Tabela 6, por sua vez, elenca as instituições que mais publicaram sobre o tema Políticas Públicas para a Educação Superior.

Por fim, procedeu-se a análise dos autores que mais tiveram publicações em revistas científicas referentes a essa temática, cujas informações estão relacionadas na Tabela 7. A fim de aprimorar esses dados, por meio do software Ucinet, criou-se uma rede de citações, que permitiu avaliar os autores que mais se destacam quanto ao tema estudado, de acordo com as Figuras 1 e 2.

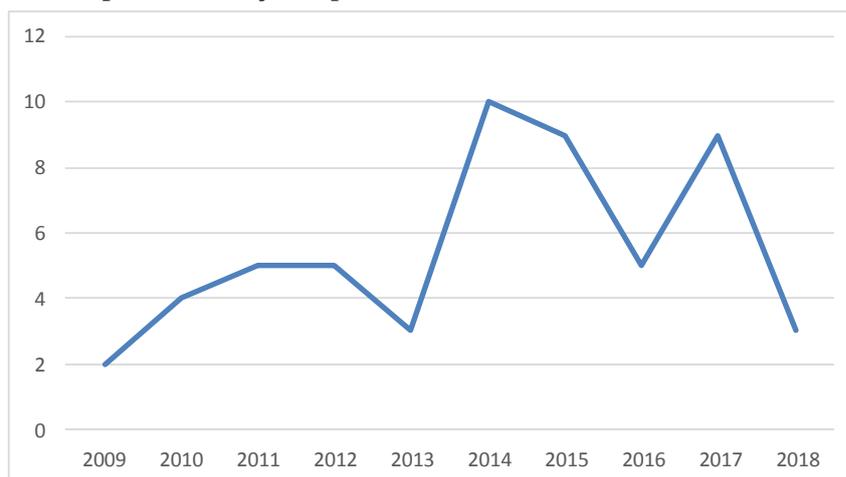
#### **4. Análise dos resultados**

##### **4.1 Gráfico da variação das publicações, ano a ano, sobre o tema Políticas Públicas para a Educação Superior**

Pelo Gráfico 1, verifica-se a quantidade de artigos publicados em revistas científicas nacionais acerca do Tema Políticas Públicas para a Educação Superior, entre os anos de 2009 e 2018.

Depreende-se que em 2014 ocorreu o maior número de publicações sobre essa temática, num total de 10 artigos. Os anos de 2015 e 2017 também apresentaram uma expressiva quantidade de publicações, totalizando 9 trabalhos em cada um deles.

**Gráfico 1: Quantidade de artigos publicados sobre o tema Políticas Públicas para a Educação Superior**



Fonte: Elaboração própria..

#### 4.2 Tabela e gráfico das principais revistas que publicaram sobre o tema Políticas Públicas para a Educação Superior

Pela Tabela 1, verifica-se a distribuição dos 55 artigos coletados das bases científicas SciELO e Spell, acerca do Tema Políticas Públicas para a Educação Superior, entre os anos de 2009 e 2018, em relação às revistas em que foram publicados.

**Tabela 1: Principais periódicos da área de Administração, Contabilidade e Turismo que publicaram sobre o tema Políticas Públicas para Educação Superior**

Periódico dentro da área de Administração, Contabilidade e Turismo	Quantidade de artigos da amostra publicados no período 2009-2018, com a temática Políticas Públicas para a Educação Superior
<i>Amazônia, Organizações e Sustentabilidade</i>	1
<i>Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)</i>	5
<i>Cadernos Gestão Pública e Cidadania</i>	1
<i>Educação &amp; Sociedade</i>	5
<i>Educação em Revista</i>	2
<i>Educar em Revista</i>	5
<i>Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação</i>	22
<i>Gestão &amp; Regionalidade</i>	1
<i>Interface - Revista do Centro de Ciências Sociais Aplicadas</i>	2
<i>Revista Brasileira de Educação</i>	1
<i>Revista Brasileira de Estratégia</i>	1
<i>Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos</i>	5
<i>Revista de Sociologia e Política</i>	1
<i>Revista do Instituto de Estudos Brasileiros</i>	1
<i>Revista Organizações em contexto</i>	1

Fonte: Elaboração própria..

Para auxiliar na elaboração do Gráfico 2, foram criadas siglas dos periódicos, e que foram registradas na Tabela 2.

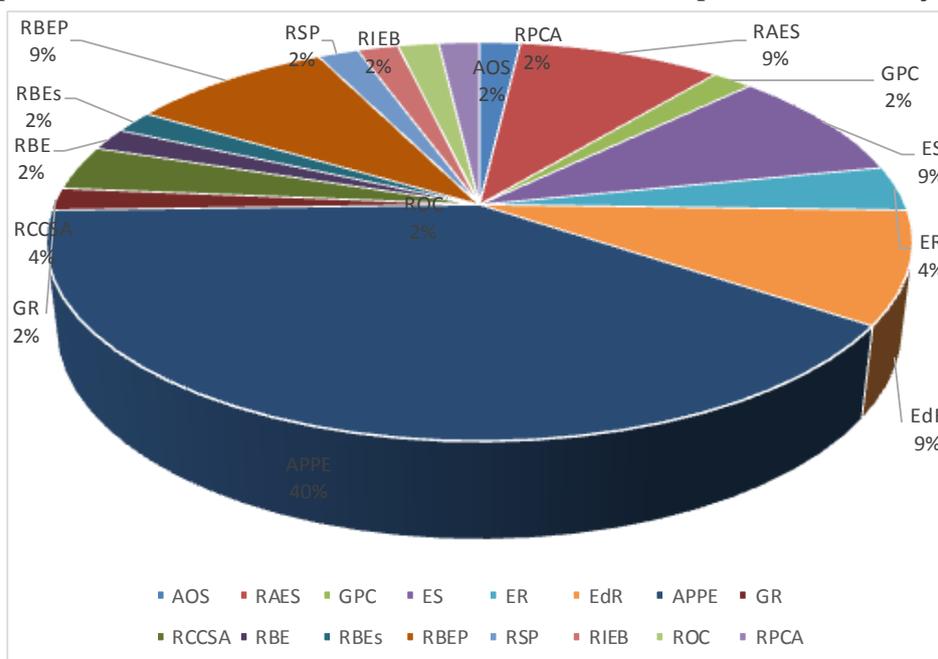
**Tabela 2: Siglas dos principais periódicos da área de Administração, Contabilidade e Turismo utilizadas no Gráfico 2**

Periódico dentro da área de Administração, Contabilidade e Turismo	Quantidade de artigos da amostra publicados no período 2009-2018, com a temática Políticas Públicas para a Educação Superior
<i>Amazônia, Organizações e Sustentabilidade</i>	AOS
<i>Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)</i>	RAES
<i>Cadernos Gestão Pública e Cidadania</i>	GPC
<i>Educação &amp; Sociedade</i>	ES
<i>Educação em Revista</i>	ER
<i>Educar em Revista</i>	EdR
<i>Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação</i>	APPE
<i>Gestão &amp; Regionalidade</i>	GR
<i>Interface - Revista do Centro de Ciências Sociais Aplicadas</i>	RCCSA
<i>Revista Brasileira de Educação</i>	RBE
<i>Revista Brasileira de Estratégia</i>	RBEs
<i>Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos</i>	RBEP
<i>Revista de Sociologia e Política</i>	RSP
<i>Revista do Instituto de Estudos Brasileiros</i>	RIEB
<i>Revista Organizações em contexto</i>	ROC
<i>Revista Pensamento Contemporâneo em Administração</i>	RPCA

Fonte: Elaboração própria.

No Gráfico 2, portanto, são apresentadas as frequências relativas sobre as principais revistas nacionais de Administração, Contabilidade e Turismo que publicaram sobre o tema Políticas Públicas para a Educação Superior.

**Gráfico 2: Principais revistas nacionais de Administração, Contabilidade e Turismo que publicaram sobre o tema Políticas Públicas para a Educação Superior**



Fonte: Elaboração própria.

Da análise do Gráfico 2, conclui-se que a Revista “Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação” apresentou o maior número de publicações de artigos com a temática Políticas Públicas para a Educação Superior.

Isso porque, como se infere do próprio nome da referida revista, seu foco é a publicação de trabalhos relacionados à Educação, por meio de pesquisas, estudos teóricos, ensaios, entre outros, especialmente no tocante às políticas públicas de ensino.

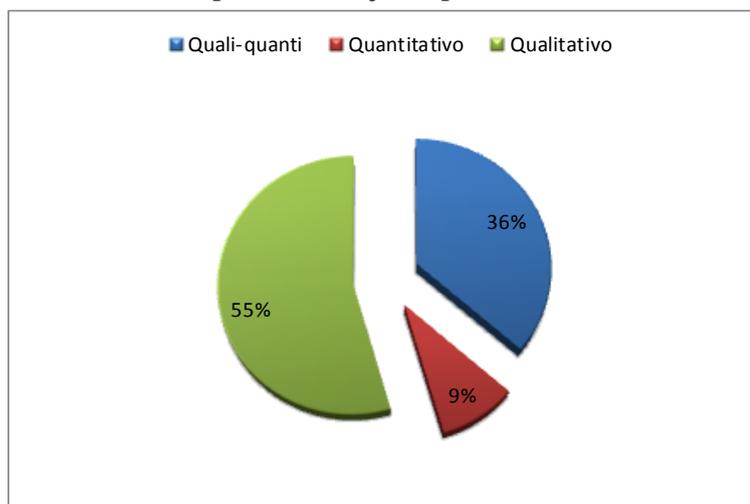
### 4.3 Método de pesquisa utilizado nas pesquisas sobre o tema Políticas Públicas para a Educação Superior

Da análise dos 55 artigos selecionados para elaboração deste trabalho, verificou-se que a maioria deles não fez uso de estatística, enquadrando-se, portanto, como uma pesquisa qualitativa.

No Gráfico 3, verifica-se o comportamento da amostra, quanto ao delineamento de pesquisa aplicado, onde tem-se:

- Quantitativo: estudo com uso de estatística para análise de dados;
- Qualitativo: pesquisa em que não se utilizou estatística para analisar os dados;
- Quali-quantitativo: trabalhos em que foram aplicados os dois métodos anteriores.

**Gráfico 3: Quantidade de artigos publicados sobre o tema Políticas Públicas para a Educação Superior**



Fonte: Elaboração própria..

#### 4.4 Subtipos de métodos qualitativos utilizados

Na Tabela 3, são apresentados os subtipos empregados do método qualitativo de análise de dados, considerando que, dos 55 artigos avaliados, 30 utilizaram unicamente o método qualitativo e 20 deles utilizaram o método quali-quantitativo.

Dentre os 30 artigos que utilizaram o método qualitativo, 6 deles valeram-se de 2 subtipos de metodologia para análise dos dados. Já entre os estudos que usaram a análise quali-quantitativa, 3 deles empregaram 2 subtipos. Desta forma, o total de “quantidade” de métodos utilizados é 59, conforme depreende-se da tabela abaixo.

**Tabela 3: Subtipos de métodos qualitativos utilizados para a análise dos dados**

Subtipos	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência acumulada
<i>Estudo de caso</i>	16	27,11%	16
<i>Estudo multicaso</i>	6	10,17%	22
<i>Análise documental</i>	30	50,85%	52
<i>Análise argumentativa</i>	1	1,69%	53
<i>Relato de vida</i>	1	1,69%	54
<i>Grupo focal</i>	2	3,40%	56
<i>Etnografia</i>	1	1,69%	57
<i>Outro</i>	2	3,40%	59

Fonte: Elaboração própria.

#### 4.5 Subtipos de métodos quantitativos utilizados e tamanho da amostra

Quanto à utilização de métodos quantitativos, constatou-se que, dos artigos analisados, apenas 5 empregaram esta metodologia. Contudo, 20 pesquisas aplicaram o método quali-quanti para análise dos dados, totalizando 35 artigos que se serviram deste método.

A Tabela 4 mostra a distribuição desse método no tocante a seus subtipos.

**Tabela 4: Subtipos de métodos quantitativos utilizados para a análise dos dados**

<b>Subtipos</b>	<b>Frequência absoluta</b>	<b>Frequência relativa</b>	<b>Frequência acumulada</b>
<i>Análise documental de dados estatísticos</i>	20	57,14%	20
<i>Estatística descritiva</i>	14	40,00%	34
<i>Regressão múltipla</i>	1	2,86%	35

Fonte: Elaboração própria.

#### 4.6 Análise das principais palavras-chave utilizadas sobre o tema Políticas Públicas para a Educação Superior

Ao analisar as palavras-chave dos 55 artigos que compõem a amostra dessa pesquisa, verificou-se que os autores valeram-se de 206 termos para sintetizar as ideias acerca do tema Políticas Públicas para a Educação Superior.

Na Tabela 5 constam as palavras-chave utilizadas nos estudos, bem como as frequências em que foram utilizadas pelos respectivos autores como elementos centrais de identificação da matéria abordada.

Em razão da grande quantidade de palavras-chave encontradas e a fim de melhorar a análise dos dados compilados na Tabela 1, agruparam-se algumas expressões que tratam especificamente do mesmo assunto, como por exemplo, “educação à distância” e “ensino a distância”.

Assim, ao avaliar a tabela abaixo, depreende-se que as palavras-chave mais empregadas nos 55 trabalhos avaliados são “educação superior” e “políticas públicas”, com 34 e 19 repetições, respectivamente, o que corrobora o tema dos artigos em questão.

**Tabela 5: Palavras-chave utilizadas pelos autores para tratar do tema Políticas Públicas para a Educação Superior**

<b>Palavras-chave</b>	<b>Frequência absoluta</b>	<b>Frequência relativa</b>	<b>Frequência acumulada</b>
Acesso	2	0,971%	2
Ações Afirmativas	4	1,942%	6
Agenda de Políticas Públicas	1	0,485%	7
Alemanha	1	0,485%	8
Análise de política pública	1	0,485%	9
Aspectos societários	1	0,485%	10
Aspectos tributários	1	0,485%	11
Assistência estudantil	2	0,971%	13
Avaliação	9	4,369%	22
Bolsa de estudo	1	0,485%	23
Brasil	4	1,942%	27
Campo educacional	1	0,485%	28
Cederj	1	0,485%	29
Conselho Universitário	1	0,485%	30
Cotas	2	0,971%	32
Deficiência	2	0,971%	34
Democratização	3	1,456%	37
Desafios	1	0,485%	38
Desenvolvimento municipal	1	0,485%	39
Direito à educação	1	0,485%	40
Educação	1	0,485%	41
Educação a distância	7	3,398%	48
Educação em odontologia	1	0,485%	49
Educação especial	1	0,485%	50
Educação on-line	1	0,485%	51
Educação Superior	34	16,505%	85
Ensino Superior noturno	1	0,485%	86
Empowerment	1	0,485%	87
Empreendedorismo	1	0,485%	88
Equidade	2	0,971%	90
Escola Pública	1	0,485%	91
Estado social	1	0,485%	92
Estados Unidos	1	0,485%	93
Estigma	1	0,485%	94
Estratégias organizacionais	1	0,485%	95
Estudante indígena	1	0,485%	96
Estudantes	1	0,485%	97
Estudantes de escola pública	1	0,485%	98
Evasão escolar	1	0,485%	99
Exame Nacional de Cursos	1	0,485%	100
Expansão do ensino superior	4	1,942%	104
Experiência como formação	1	0,485%	105
Financiamento	1	0,485%	106
Formação continuada	1	0,485%	107
Formação docente	1	0,485%	108
França	1	0,485%	109
Gestão Universitária	1	0,485%	110
Governo Lula	2	0,971%	112
IDHM	1	0,485%	113
Igualdade	1	0,485%	114

Implementação de políticas públicas	1	0,485%	115
Inclusão	2	0,971%	117
Inclusão social	2	0,971%	119
Inclusão-exclusão social	1	0,485%	120
Incubadoras de empresas	1	0,485%	121
Indicadores educacionais	1	0,485%	122
Institucionalização	1	0,485%	123
Instituições federais	1	0,485%	124
Instituições Privadas	1	0,485%	125
Internacionalização	1	0,485%	126
Internacionalização do Ensino Superior	1	0,485%	127
Justiça social	2	0,971%	129
Libras	1	0,485%	130
Licenciatura intercultural	1	0,485%	131
Mediação social	1	0,485%	132
Multiculturalismo	1	0,485%	133
Neoinstitucionalismo histórico	1	0,485%	134
Novo Gerencialismo Público	1	0,485%	135
OECD	1	0,485%	136
Permanência	2	0,971%	138
Perspectiva da efetividade	1	0,485%	139
Políticas públicas	19	9,223%	158
Política de cotas	2	0,971%	160
Política educacional	1	0,485%	161
Política de Educação Superior	1	0,485%	162
Políticas Públicas para o Ensino Superior	1	0,485%	163
Políticas de avaliação	1	0,485%	164
Políticas de democratização do acesso ao ensino superior	1	0,485%	165
Políticas públicas em educação à distância	1	0,485%	166
Políticas públicas de educação inclusiva	1	0,485%	167
Professor universitário	1	0,485%	168
Prouni	7	3,398%	175
Qualidade	2	0,971%	177
Qualidade da educação básica pública	1	0,485%	178
Rankings	1	0,485%	179
Reforma universitária	1	0,485%	180
Reserva de Vagas	1	0,485%	181
Responsabilidade social	1	0,485%	182
Reuni	2	0,971%	184
Semiformação	1	0,485%	185
Setor privado de educação superior	1	0,485%	186
Sinaes	2	0,971%	188
Sistema de elite	1	0,485%	189
Sistema de massa	1	0,485%	190
Surdo	1	0,485%	191
Tecnologia educacional	1	0,485%	192

Tecnologias digitais	1	0,485%	193
Título universitário	1	0,485%	194
Trabalho docente	1	0,485%	195
Trajetórias escolares	1	0,485%	196
Tríplice hélice	1	0,485%	197
Universalização	1	0,485%	198
Universidade	3	1,456%	201
Universidade Aberta do Brasil	2	0,971%	203
Universidade comunitária	1	0,485%	204
Universidade de São Paulo	1	0,485%	205
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1	0,485%	206

Fonte: Elaboração própria.

#### 4.7 Análise das principais instituições que publicaram sobre o tema Políticas Públicas para a Educação Superior

Da análise dos 55 artigos que compõem a amostra do presente trabalho, constata-se que 15 instituições publicaram sobre o tema Políticas Públicas para a Educação Superior.

Na Tabela 6 são apresentadas as instituições, bem como a quantidade de pesquisas publicadas por cada uma delas. Verifica-se que a CESGRANRIO foi a instituição que mais publicou sobre o assunto, com quase metade dos artigos publicados. Nota-se que a revista científica da referida instituição é “Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação”, que trata especificamente sobre o tema estudado.

**Tabela 6: Instituições que mais tem publicações sobre o tema Políticas Públicas para a Educação Superior**

Instituições	Quantidade de Artigos publicados
CESGRANRIO	22
UFPR	6
UNICAMP/ UNISO	5
UNICAMP	5
INEP	5
UFRN	2
UFMG	2
UNAMA	1
USCS	1
ANPEd	1
PUCPR	1
FGV	1
USP	1
UMESP	1
UFF	1

Fonte: Elaboração própria..

#### **4.8 Autores que mais publicaram sobre o tema Políticas Públicas para a Educação Superior**

Os artigos publicados em revistas científicas que compõem a amostra do presente trabalho foram coletados das bases de dados nacionais SciELO e Spell.

Da análise dos artigos, chegou-se ao total de 115 autores, sendo que destes, apenas 4 foram responsáveis pela publicação de 2 artigos, conforme demonstra a Tabela 7. Os demais constam como autores de apenas 1 pesquisa.

**Tabela 7: Autores que mais publicaram sobre o tema Políticas Públicas para a Educação Superior**

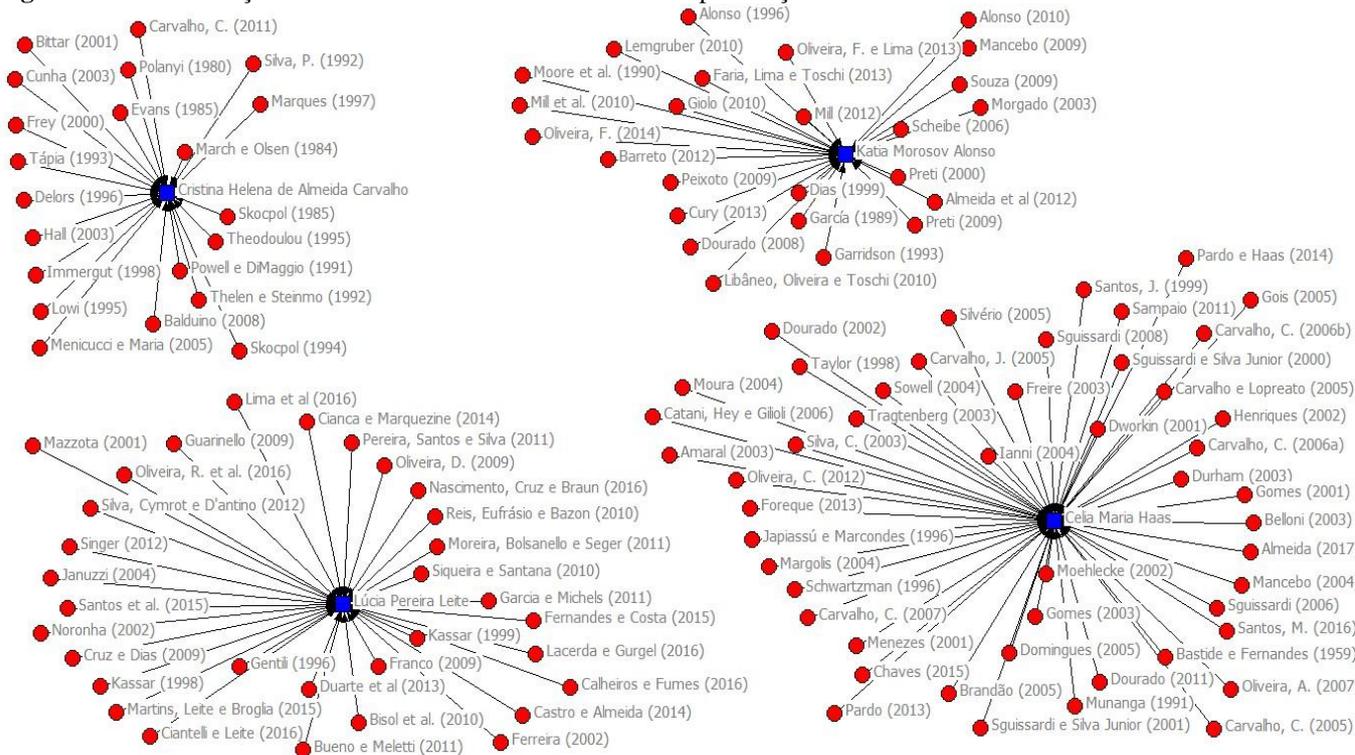
<b>Autores</b>	<b>Nº de artigos publicados</b>
Celia Maria Haas	2
Cristina Helena de Almeida Carvalho	2
Katia Morosov Alonso	2
Lúcia Pereira Leite	2

Fonte: Elaboração própria.

#### **4.9 Análise da rede de citações**

Por meio da utilização do software Ucinet, procedeu-se à elaboração da rede de citações, como demonstra a Figura 1. A rede de citações foi elaborada nesta pesquisa com base nas referências citadas nos artigos das quatro autoras que mais publicaram sobre o tema Políticas Públicas para a Educação Superior, e elencadas na Tabela 1.

**Figura 1:** Rede de citações com base nas referências com ano de publicação.



Fonte: Elaboração própria.

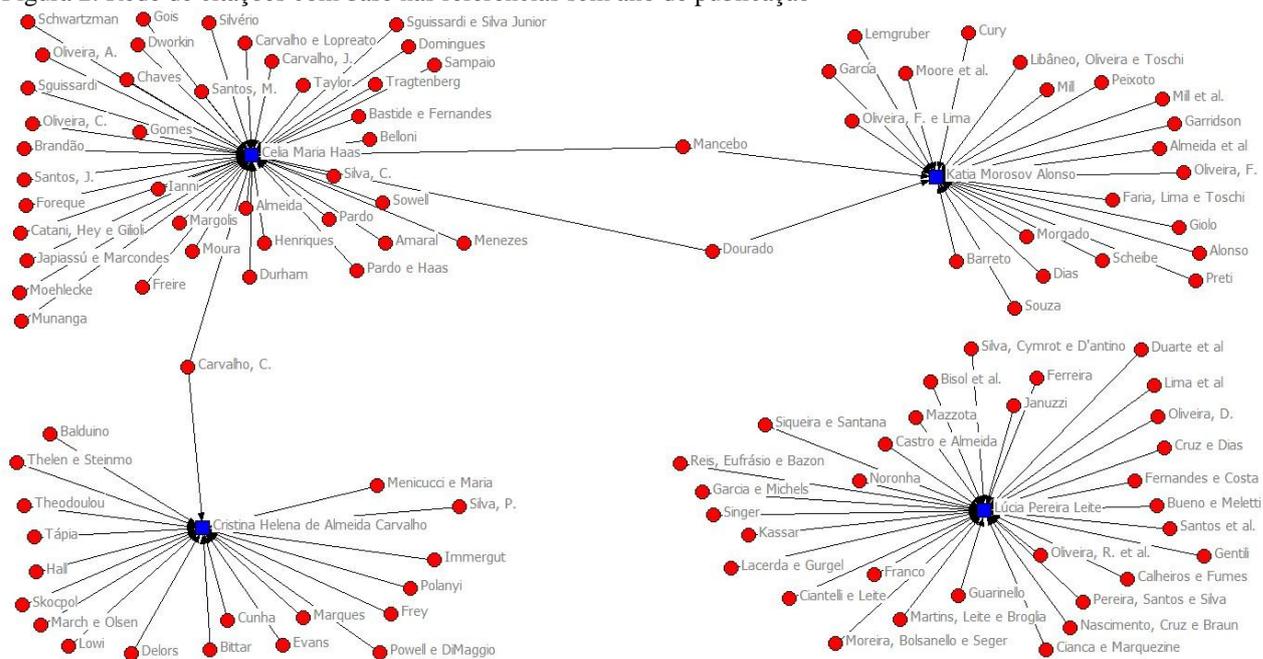
Conforme pode-se observar na Figura 1, não houve citações idênticas entre as referências avaliadas. Isso porque o tema objeto deste estudo é bastante abrangente e as quatro autoras aludidas trataram de assuntos distintos no tocante às Políticas Públicas para a Educação Superior, quais sejam:

- Celia Maria Haas: discorreu acerca de “políticas públicas de ações afirmativas” e sobre o “Programa Universidade para Todos – PROUNI”;
- Cristina Helena de Almeida Carvalho: falou de “política pública de expansão da educação superior”;
- Katia Morosov Alonso: abordou a “Educação à Distância – EaD”;
- Lúcia Pereira Leite: tratou de “políticas públicas para acesso de pessoas com deficiência”, bem como analisou a “produção científica sobre a inclusão no ensino superior”.

Desta forma, realizou-se nova análise das referências, por meio do software Unicet, contudo, sem o ano de publicação dos referidos estudos.

A nova rede de citações é apresentada na Figura 2, da qual depreende-se que 3 autores foram mencionados por mais de 1 autor, o que demonstra a relevância desses pesquisadores em relação aos estudos sobre o tema Políticas Públicas para a Educação Superior.

Figura 2: Rede de citações com base nas referências sem ano de publicação



Fonte: Elaboração própria.

## 5. Considerações Finais

O tema objeto deste trabalho, Políticas Públicas para a Educação Superior, é de suma importância, pois o ensino está intimamente ligado ao progresso e desenvolvimento de uma sociedade, na medida em que melhora a perspectiva de vida do indivíduo.

Neste contexto, são essenciais as ações governamentais, por meio de políticas públicas, para ampliar o acesso de pessoas menos favorecidas às universidades. É o caso, por exemplo, das cotas para alunos que cursaram os ensinos fundamental e médio em escolas públicas, do programa Universidade Aberto do Brasil, que oferta cursos a distância, entre outras políticas públicas mencionadas nesta pesquisa, e que possuem grande relevância para a democratização do ensino superior.

Foi observar, a partir da análise dos 55 artigos, que o tema Políticas Públicas para a Educação Superior é amplo. Deste modo, o presente estudo tratou da questão histórica, da criação e de implantação das políticas públicas, dos vários tipos de programas disponíveis para o ingresso nas universidades, das formas de avaliação dessas políticas quanto a sua efetividade e da necessidade de aperfeiçoamento desse sistema.

Assim, apesar da relevância do tema, os dados obtidos foram poucos conclusivos com relação aos autores que mais publicaram, por exemplo. Por outro lado, como era de se

esperar, a revista científica que mais apresentou artigos foi a “Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação”, que trata especificamente sobre o objeto estudado.

Desta forma, considerando a abrangência do tema e os diversos assuntos que podem ser discutidos acerca dele, sugere-se, para os próximos trabalhos, a ampliação da amostra, bem como a delimitação de um tópico específico sobre o tema Políticas Públicas para a Educação Superior.

## Referências

AGUIAR, V. Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 57, p. 113-126, 2016.

ALBINO, I. B.; MELO, F. R. L. V. Inclusão do estudante com deficiência no ensino superior: algumas reflexões. **Interface - Revista do Centro de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 8, n. 2, p. 42-55, 2011.

ALONSO, K. M. A EaD no Brasil: sobre (des)caminhos em sua instauração. **Educar em Revista**, ed. n. 4, p. 37-52, 2014.

\_\_\_\_\_. A expansão do ensino superior no Brasil e a EaD: dinâmicas e lugares. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 113, p. 1319-1335, 2010.

ALVARENGA, C. F.; SALES, A. P.; COSTA, A. D.; COSTA, M. D.; VERONEZE, R. B.; SANTOS, T. L. B. Desafios do ensino superior para estudantes de escola pública: um estudo na UFLA. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 6, n. 1, p. 55-71, 2012.

AMARAL, D. P.; OLIVEIRA, F. B. O Prouni e a conclusão do ensino superior: novas trajetórias pessoais e profissionais dos egressos. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 19, n. 73, p. 861-890, 2011.

ANDRIOLA, W. B.; SULIANO, D. C. Avaliação dos impactos sociais oriundos da interiorização da Universidade Federal do Ceará (UFC). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 96, n. 243, p. 282-298, 2015.

ANHAIA, B. C. Políticas públicas e sociais para a equidade: um estudo sobre o programa Universidade para Todos. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 17, n. 60, 2012.

ARAÚJO, J. C. F.; LEITE, L. S. Avaliação da política de apoio ao estudante desenvolvida pela UNIRIO: o Projeto de Bolsa Permanência. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v.22, n. 84, p. 777-806, 2014.

ARRUDA, E. P.; ARRUDA, D. E. P. Educação à distância no Brasil: políticas públicas e democratização do acesso ao ensino superior. **Educação em Revista**, v.31, n.03, p. 321-338, 2015.

ASSUMPÇÃO, G. D. S.; CASTRO, A. C.; CHRISPINO, A. Políticas Públicas em Educação Superior a Distância – Um estudo sobre a experiência do Consórcio Cederj. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, p. 1-26, 2018.

BARROS, A. S. X. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. **Educação & Sociedade**, v. 36, n. 131, p. 361-390, 2015.

BATISTA, N. C. Políticas públicas de ações afirmativas para a Educação Superior: o Conselho Universitário como arena de disputas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 23, n. 86, p. 95-128, 2015.

BROCCO, A. K. “Aqui em casa a educação é muito bem-vinda”: significado do ensino superior para universitários bolsistas. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 98, n. 248, p. 94-109, 2017.

CALDERÓN, A. I.; POLTRONIERI, H.; BORGES, R. M. Os *rankings* na educação superior brasileira: políticas de governo ou de Estado? **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 19, n. 73, p. 813-826, 2011.

CARVALHO, C. H. A. A política pública de expansão para a educação superior entre 1995 e 2010 -uma abordagem neoinstitucionalista histórica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20 n. 60, p. 51-76, 2015.

\_\_\_\_\_. Política para a educação superior no governo Lula expansão e financiamento. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 58, p. 209-244, 2014.

CASALI, A. M. D.; MATTOS, M. J. V. M. Análise de estudos e pesquisas sobre o sentido social do programa Universidade para Todos (PROUNI). **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v.23, n. 88, p. 681-716, 2015.

DUTRA, N. G. R.; SANTOS, M. F. S. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v.25, n. 94, p. 148-181, 2017.

FELICETTI, V. L.; MOROSINI, M. C. Equidade e iniquidade no ensino superior: uma reflexão. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 17, n. 62, p. 9-24, 2009.

GOMES, A. M.; MORAES, K. N. Educação superior no Brasil Contemporâneo: transição para um sistema de massa. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 118, p. 171-190, 2012.

HAAS, C. M.; LINHARES, M. Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil? **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 93, n. 235, p. 836-863, 2012.

HAAS, C. M.; PARDO, R. S. Programa Universidade para Todos (PROUNI): efeitos financeiros em uma instituição de educação superior privada. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 22, n. 03, p. 718-740, 2017.

HERNANDES, P. R. A Universidade Aberta do Brasil e a democratização do Ensino Superior público. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v.25, n. 95, p. 283-307, 2017.

IIZUKA, E. S. A política de cotas nas universidades brasileiras: como ela chegou à agenda de políticas públicas? **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 5, n.2, p. 41-58, 2016.

JUNIOR, A. S.; POLIZEL, C. E. G.; SOUZA, S.; SILVA, A. R. L.; SILVA, P. O. M.; SOUZA, S. P. Políticas públicas para a educação superior: a avaliação, a regulação e a supervisão de IES privadas em debate. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 22, n. 82, p. 215-240, 2014.

JÚNIOR, A. P. O.; LINHARES, M. M. P.; KARWOSKI, A. M. Formação docente no contexto brasileiro das Instituições Federais de Educação Superior. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 26, n. 98, p. 52-90, 2018.

JUNIOR, G. C. P.; NOGUEIRA, V. M. R. Programa Universidade Aberta do Brasil: aspectos relevantes na construção de uma metodologia para avaliar sua implementação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 19, n. 1, p. 227-249, 2014.

LAMERS, J. M. S.; SANTOS, B. S.; TOASSI, R. F. C. Retenção e evasão no ensino superior público: estudo de caso em um curso noturno de odontologia. **Educação em Revista**, n. 33, p. 1-26, 2017.

LIMA, M. C.; MARANHÃO, C. M. S. A. Políticas curriculares da internacionalização do ensino superior: multiculturalismo ou semiformação? **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 19, n. 72, p. 575-598, 2011.

LIMA, P. G. Universalização da Educação Superior no Brasil: contrapontos e possibilidades. **Educar em Revista**, n. 51, p. 243-264, 2014.

LIMA, W. A. S.; DAVEL, E. Implementação de Políticas Públicas de Assistência Estudantil: estratégias organizacionais na perspectiva da efetividade. **Revista Organizações em contexto**, v. 14, n. 27, p. 53-91, 2018.

MANES, A. G.; FLACH, L. (2012). Revisão Sistemática da Produção Científica sobre Fraudes em Periódicos Internacionais de Contabilidade Indexados ao ISI e Scopus. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 23, n. 2, 163-189.

MARANHÃO, J. D.; VERAS, R. M. O ensino noturno na Universidade Federal da Bahia: percepções dos Estudantes. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v.25, n. 96, p. 553-584, 2017.

MARTINS, D. A.; LEITE, L. P.; LACERDA, C. B. F. Políticas públicas para acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior brasileiro: uma análise de indicadores educacionais. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v.23, n. 89, p. 984-1014, 2015.

MARTINS, S. E. S. O.; NAPOLITANO, C. J. Inclusão, acessibilidade e permanência: direitos de estudantes surdos à educação superior. **Educar em Revista**, v. 33, n. 3, p. 107-126, 2017.

MATOS, M. S.; PIMENTA, S. G.; ALMEIDA, M. I.; OLIVEIRA, M. A. C. O impacto do Programa de Inclusão Social da Universidade de São Paulo no acesso de estudantes de escola pública ao ensino superior público gratuito. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 93, n. 235, p. 720-742, 2012.

MIRANDA, J. A. A.; STALLIVIERI, L. Para uma política pública de internacionalização para o ensino superior no Brasil. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 22, n. 03, p. 589-613, 2017.

MONGIM, A. B. Itinerários de escolarização e mediações subjacentes: a experiência de discentes beneficiários do Prouni. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v.24, n. 93, p. 804-823, 2016.

MORAES, R. C. C. Expansão do ensino superior: o que isso nos ensina sobre o vínculo entre as relações sociais e as políticas de educação. **Educação & Sociedade**, v. 36, n. 130, p. 197-218, 2015.

NASCIMENTO, J. P. R.; VIEIRA, M. D. G. Os desafios da institucionalização do ensino superior na modalidade a distância: a visão dos gestores de uma universidade federal. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 24, n. 91, p. 308-336, 2016.

PASSOS, G. O.; GOMES, M. B. A instituição da reserva de vagas na universidade pública brasileira: os meandros da formulação de uma política. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v.22, n. 85, p. 1091-1114, 2014.

PAULA, L. R. O ensino superior indígena como política pública: elementos para a construção de um modelo metodológico de avaliação e comparação de experiências locais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 94, n. 238, p. 795-810, 2013.

PEIXOTO, M. C. L. Avaliação institucional externa no SINAES: considerações sobre a prática recente. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 16, n. 1, p. 11-36, 2011.

PEREIRA, G. M. C.; CASTRO, F. N.; LANZA, L. N. M.; LANZA, D. C. F. Panorama de oportunidades para os egressos do ensino superior no Brasil: o papel da inovação na criação de novos mercados de trabalho. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 24, n. 90, p. 179-198, 2016.

PLETSCH, M. D.; LEITE, L. P. Análise da produção científica sobre a inclusão no ensino superior brasileiro. **Educar em Revista**, v. 33, n. 3, p. 87-106, 2017.

PRETTO, N. L.; RICCIO, N. C. R. A formação continuada de professores universitários e as tecnologias digitais. **Educar em Revista**, n. 37, p. 153-169, 2010.

QUEIROZ, F. C. B. P.; QUEIROZ, J. V.; VASCONCELOS, N. V. C.; FURUKAVA, M.; HÉKIS, H. R.; PEREIRA, F. A. B. Transformações no ensino superior brasileiro: análise das Instituições Privadas de Ensino Superior no compasso com as políticas de Estado. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 21, n. 79, p. 349-370, 2013.

REIS, J. A. F.; MARTINS, R. R. R.; GAIO, J.; LOHMANN, L. M. Estrutura do ensino superior brasileiro: um diagnóstico estratégico societário. **Revista Brasileira de Estratégia**, v. 7, n. 1, p. 88-99, 2014.

RIBEIRO, E. A. As atuais políticas públicas de avaliação para a educação superior e os impactos na configuração do trabalho docente. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 17, n. 2, p. 299-316, 2012.

SOBRINHO, J. D. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, 2010.

SOUZA, A. C.; BRANDALISE, M. A. T. Democratização, justiça social e igualdade na avaliação de uma política afirmativa: com a palavra, os estudantes. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 23, n. 86, p. 181-212, 2015.

SOUZA, D. L.; JUNIOR, L. G. C.; FERRUGINI, L.; MEDEIROS, N. C. D. Acesso à educação superior e desenvolvimento regional: como esses construtos se relacionam? **Gestão & Regionalidade**, v. 30, n. 89, p. 75-87, 2014.

SOUZA, M. R. A.; MENEZES, M. Programa Universidade para Todos (PROUNI): quem ganha o quê, como e quando? **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 22, n. 84, p. 609-634, 2014.

TINOCO, D. S. A Influência do Novo Gerencialismo Público na Política de Educação Superior. **Interface - Revista do Centro de Ciências Sociais Aplicadas**, v.10 – n.1, p. 4-15, 2013.

ZANDAVALLI, C. B. Avaliação da educação superior no Brasil: os antecedentes históricos do SINAES. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 14, n. 2, p. 267-290, 2009.